

**EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: A CIDADANIA COMO  
PARÂMETRO DE ANÁLISE**

*Education in human rights: citizenship as a parameter of analysis*

Marilúcia de Menezes Rodrigues \*

Cássia Simone Alves Carvalho Mancuzo \*\*

**RESUMO:** *Os estudos sobre cidadania propiciam reflexões que permeiam a educação em direitos humanos. A escola como promotora e enquanto espaço vivenciador da cidadania permite, através da interdisciplinaridade dos conteúdos, garantir a superação de situações/questões inviabilizadoras do processo de sociabilidade do ser humano, bem como permite a inserção sociocultural dos alunos, tendo em vista a formação do cidadão.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Educação; Cidadania; Direitos humanos; Interdisciplinaridade.*

**ABSTRACT:** *Studies on citizenship lead us to reflections that involve education in human rights. The school as a promoter and as a place where citizenship is alive permits, through the interdisciplinarity of contents, to overcome situations/questions that hold back the sociability process of human beings, as well as it permits the social-cultural insertion of the students, aiming at the formation of the citizen.*

**KEY-WORDS:** *Education; Citizenship; Human rights; Interdisciplinarity.*

---

\* Professora do Departamento de Fundamentos da Educação e do Mestrado em Educação Brasileira da Universidade Federal de Uberlândia.

\*\* Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia.

## INTRODUÇÃO

### 1. CIDADANIA: concepções e dimensões

Embora tenha sua gênese na Antigüidade, a palavra cidadania, recentemente, vem ganhando notoriedade, perpassando por várias áreas de estudo como a filosofia, a sociologia, o direito, integrando-se também aos discursos políticos e aos meios de comunicação.

Enquanto espaço a ser conquistado, também no âmbito da escola, propicia estudos e reflexões que permeiam a questão da educação para os Direitos Humanos e permite uma nova visão da prática da interdisciplinaridade como viabilizadora da promoção da cidadania. Em outras palavras, entendemos que a forma de se trabalhar a cidadania, numa abrangência cada vez maior entre os conteúdos, pressupõe o estabelecimento de ligação de disciplinas entre si e a integração do ensino à realidade como caminhos para difundir os conceitos e práticas, bem como superar algumas questões que ainda se fazem presentes no meio educacional, tais como o preconceito, a agressão, a convivência com a deficiência física etc.

Seguindo esta trajetória, a educação estará se adaptando para redimensionar o campo de esfera dos direitos individuais e coletivos, resguardando valores que traduzam uma postura consciente frente às constantes mudanças da sociedade.

Neste sentido, faz-se necessário conhecer as diferentes concepções de cidadania no decorrer da história da humanidade para que se possa perceber como a escola está hoje trabalhando esta temática, incorporando-a através de um processo de conscientização e vivência.

De acordo com a maioria dos historiadores, a história da humanidade é dividida em: Idade Antiga, Idade Média e Idade Moderna. Entretanto, partindo da evolução histórica dos conceitos de cada época, num primeiro momento, esta pesquisa estará tratando da concepção antiga, moderna e contemporânea de cidadania analisando sua definição e extensão predominante em cada período.

#### **Concepção Antiga de cidadania**

Antes do surgimento das cidades, o termo cidadania inexistia, sendo os homens, até então, tratados como “povo”, “irmãos”, “filhos do Senhor”, conforme se vê nos primeiros textos histórico-jurídicos surgidos após a escrita, como por exemplo, o Pentateuco de Moisés que compõe os cinco primeiros livros da Bíblia. Eram tratados também, como “alguém” ou “indivíduo” de acordo com outro texto histórico-jurídico: O Código de Hamurabi. E ainda,

segundo o Código de Manu, os homens eram tratados de acordo com o ofício que exerciam, classe ou sexo a que pertenciam ou parentesco.

Pode-se observar, portanto, que não havia neste período qualquer concepção de cidadania e as relações se estabeleciam segundo a crença de cada povo e/ou segundo revelações e providências divinas. Assim,

*o termo cidadania, originou-se com o surgimento das cidades antigas, mas adquiriu conteúdo com as transformações destas em “pólis”, do grego, ou “cevitas”, do latim, significando cidades-Estados, que passaram a ter uma organização político-administrativa autônoma, com território, constituição, povo e governo próprio. (...) Assim, somente depois da organização política independente das cidades antigas, transformando-se em cidades-Estados, é que os membros destas comunidades passaram a ser tratados e denominados nos textos históricos, respectivamente, cidadão ateniense, cidadão espartano, cidadão romano, etc. (PINTO, 1997: 30)*

A partir do desenvolvimento das referidas cidades-estados, estas passam a ser constituídas de uma população urbana onde viviam escravos, crianças, mulheres, artistas e artesãos, estrangeiros e homens livres, sendo que apenas estes últimos eram chamados cidadãos, tendo o direito de participar de Assembléias Públicas e usufruir de seus benefícios.

### **Concepção Moderna de cidadania**

A concepção moderna de cidadania, caracterizada pela presença exclusiva dos homens livres na participação da vida pública, basicamente, se mantém por toda a Idade Média.

Apesar de terem existido alguns movimentos que buscassem reverter essa situação de não participação, somente no século XVIII alguns acontecimentos vieram representar a reação da sociedade contra o sistema então dominante.

O principal marco dessa reação aconteceu em 1789, com a Revolução Francesa, que sob o clamor da “liberdade, igualdade, fraternidade” veio acenar para o fim da

desigualdade a que os homens sempre foram relegados.

Não obstante algumas alterações como uma maior independência da vida civil, liberdade de manifestação e de contratação, a cidadania, timidamente, apresenta apenas uma ampliação da participação de novos cidadãos nas questões de interesse público, atrelada à posse ou propriedade de bens econômicos, devidamente inscritos nos órgãos eleitorais.

O movimento da Revolução Francesa e também o da Revolução Americana vêm trazer uma concepção moderna de cidadania caracterizada pela emergência de novos direitos políticos e civis extensivos a novos cidadãos.

*Assim, cidadão passou a ser aquele que, estando inscrito nos órgãos eleitorais, obedece os requisitos legais, como sexo, mínimo de renda, bens ou propriedade, possuía o direito de participar da administração pública através das eleições, bem como gozar dos novos direitos civis, como a liberdade de ir e vir, liberdade de contratar, de se manifestar etc. (PINTO, 1997: 38)*

### **Concepção Contemporânea de Cidadania**

A Revolução Industrial traz consigo a problemática da questão social e o aparecimento de movimentos sociais que clamavam por maior participação política e condições de vida e de trabalho mais adequadas ao homem.

Estes movimentos aliados à violação dos Direitos Humanos, em consequência das Primeira e Segunda Guerras Mundiais, propiciaram o surgimento de Órgãos Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos, dos quais podemos distinguir a Organização das Nações Unidas - ONU. Desde então, novos direitos foram sendo conquistados, reconhecidos e declarados em documentos internacionais, sendo que em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é apresentada fazendo surgir uma nova concepção de cidadania - uma concepção contemporânea.

Diante do que foi exposto, podemos ver a cidadania vinculada ao surgimento da vida na cidade, à capacidade de um número limitado de homens exercerem direitos e deveres de cidadão e a uma lenta caminhada rumo aos direitos de liberdade e participação.

Os direitos de cidadania entrelaçam-se a processos históricos não-lineares através de um movimento dialético de avanços e recuos. A conquista lenta e progressiva destes

direitos, se une a um movimentar ativo dos indivíduos no decorrer de toda a história da humanidade, deslizando num horizonte que se amplia, revelando sonhos e receios, vitórias e fracassos, lutas e esperanças. Podemos dizer, portanto, que “a concepção mais adequada de evolução dos direitos dos homens é aquela que compreende o dinamismo como categoria intrínseca ao processo histórico e que identifica os direitos da cidadania como não sendo estanques na sua conceituação e na sua aplicabilidade”. (NEVES: 1998)

Assim, a cidadania se caracteriza por estar imersa em uma complexa rede de relações, em processos econômicos, sociais e políticos próprios à evolução do próprio homem - sujeito da história, em busca da definição de seus direitos. Couvre, coloca que essa relação

*depende da ação dos sujeitos e dos grupos básicos em conflito, e também das condições globais da sociedade. Ela pode permitir uma práxis que coaduna os pólos da construção social: o do indivíduo e o da coletividade, quando se observa que o exercício contemporâneo da cidadania tende a ter por suporte a pessoa (suas necessidades e desejos), ao mesmo tempo que se desenvolve via organismos sociais que têm por referência o coletivo. O exercício da cidadania extravasa o da classe social, mas não deixa de permeá-la, assim como permeia vários organismos sociais, movimentos sociais em geral, e os ditos novos, como o ecologista, o pacifista, o feminista etc, determinadas gestões públicas, algumas ONGs etc. (COUVRE, 1991: 69)*

Retomando o movimento histórico da cidadania, mais precisamente a partir da concepção contemporânea, ressaltamos que os direitos de cidadania seguem, geralmente, uma classificação de dimensão civil, social e política, dimensões estas, interligadas e dependentes da co-relação de forças políticas e econômicas para se concretizarem.

### **Dimensão Civil**

Os direitos civis consistem basicamente no direito de um indivíduo usar livremente o próprio corpo, promovendo sua locomoção e segurança, e assegurar sua liberdade de expressão, a resistência à opressão, o acesso à justiça etc.

Embora pareça óbvio, temos visto diariamente este direito sendo violado nas práticas de torturas policiais, nos regimes de trabalho forçado em algumas regiões do país, nas condições insalubres e desumanas de trabalho.

### **Dimensão Social**

Os direitos sociais estão relacionados ao bem estar social da cidadania, ao atendimento das necessidades humanas básicas tais como: o direito à saúde, à educação, à habitação, ao trabalho e ao salário justo, à alimentação, à segurança, à assistência social e ao meio ambiente harmonizado.

### **Dimensão Política**

Os direitos políticos tratam da determinação do indivíduo sobre sua vida, da sua participação na vida pública, da liberdade de expressão de pensamento, da liberdade de prática política e religiosa numa relação de convivência com outros indivíduos num sistema de representação direta ou indireta, ou seja, através de sindicatos, movimentos sociais, associações ou por intermédio de governos e assembléias.

A relação recíproca entre esses direitos é que garantirá uma segura realização do direito de cidadania na sociedade. Num processo de participação do indivíduo é que se chegará à construção da verdadeira cidadania.

E, para se chegar a esse processo de participação, de responsabilidade e reverter o quadro de não-cidadania a que assistimos e vivenciamos hoje, acreditamos ser, a educação, o caminho mais seguro, embora lento, para a formação dos novos homens-cidadãos. Acreditamos ser a escola, um espaço apropriado para a conscientização de crianças, jovens e adultos, quanto ao exercício de direitos e deveres, diante da sociedade e de si mesmo.

## **2. ESCOLA: espaço para a cidadania**

A escola, como qualquer outra instituição, tem se deparado, neste fim de século, com uma série de desafios tais como: valores, modernização, avanço tecnológico, precariedade de recursos humanos e financeiros. Contornar estes desafios, estimulando a troca de experiências e reflexões que proporcionem um saber globalizado, incorporando em seu cotidiano a convivência saudável e sensata com novos valores e costumes, sem com isto esquecer os valores éticos e o respeito a integridade do homem, deve ser, no momento, o objetivo maior da educação.

O principal desafio que se apresenta, portanto, será o da construção de uma nova escola fundamentada na autonomia, na solidariedade, na participação democrática e no compromisso maior com o aluno cidadão, compreendido como homem social, responsável, participativo, político e produtivo.

Daí, a importância da existência de um projeto pedagógico na escola que propicie a sua reconstrução. Nesse sentido, faz-se necessário pensar um projeto pedagógico que promova a revisão crítica dos problemas do sistema educacional, refletindo sobre a determinação e o compromisso dos profissionais; que faça uma investigação criteriosa da prática pedagógica e uma apreciação dos valores que preponderam no processo de formação do homem para a conscientização do projeto de educação e cidadania.

Ao se admitir a conquista e a inserção dos direitos sociais na relação humana, deve-se pensar como difundir esses direitos através da educação e o que fazer para que eles sejam efetivamente concretizados. De acordo com o documento oficial do governo brasileiro, relativo à prática educativa recentemente lançado - os PCN, o compromisso com esses valores e por conseguinte com a cidadania reclama “uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal coletiva e ambiental”.<sup>1</sup> Não queremos assim,

*(...) conceber a escola “numa perspectiva ‘ativista’ e encará-la como instituição voltada às transformações sociais, esquecendo seus limites objetivos, se deixando levar por um idealismo inócuo. Por outro lado, descartar toda e qualquer possibilidade de realizar, dentro dela, um trabalho que se encaminhe para a conquista de transformações sociais (ainda que lentas e graduais) tem um efeito paralisador e anestésico.” Entretanto, é essencial que “a escola não só prepare o aluno para compreender e enfrentar o mundo do trabalho e suas respectivas mediações, mas que contribua para a formação de sua consciência política e social, unindo a ‘teoria’ à prática. É no avanço desse compromisso que a escola tem um papel a cumprir como elemento da*

---

<sup>1</sup> Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

*cidadania. E é na proposição de conteúdos escolares mais comprometidos com a compreensão crítica da realidade que se situa sua contribuição para o exercício consciente dessa mesma cidadania. (CURY, 1984:96)*

Propor que a escola trate questões sociais na perspectiva da cidadania, nos remete à consideração de alguns pontos.

Deve ser levado em conta que o aluno, ator principal do cenário escolar, é um sujeito cognoscente, um indivíduo que pensa e interpreta, que atua sobre a realidade (re)construindo o seu dia-a-dia, e por isso mesmo tem diferentes conceitos e reações com relação às mudanças, aos valores e aos diferentes modos de organização da vida social.

É fundamental lembrar a questão da formação dos educadores e sua condição de cidadãos, bem como pensar na postura crítica que esse profissional assume diante da realidade e no seu grau de maturidade para trabalhar essa temática.

É preciso entender que o ensino, “que recebe a responsabilidade social de promover a formação para a cidadania dos membros da sociedade, ao defrontar-se com esse trabalho, defronta-se, também, com a necessidade de promover sua própria reorganização para orientar-se ele próprio por esse novo sentido”. (LÜCK, 1994:14) E nessa perspectiva é que se pode pensar nos benefícios da interdisciplinaridade.

Por fim, é importante ressaltar os aspectos que dificultam o trabalho de educação para a cidadania na escola como o preconceito, a violência, as deficiências e outros temas que estão impregnados em nossa cultura e que merecem ser questionados.

Nesse sentido, é preciso resgatar a dimensão do professor cidadão no sentido de afirmar que essas categorias representam interferência na proposta de uma educação cidadã.

### **3. O ALUNO CIDADÃO**

Começamos tratando do aluno enquanto indivíduo cidadão, a ser inserido em um mundo em processo de globalização onde se tem, não somente a universalização do conceito de mercado, mas de política, de sociedade e de cultura.

Esse aluno que se encontra na escola hoje é um indivíduo que continua sendo formado pela família, pela escola, mas que sofre fortes influências da indústria cultural, das novas tecnologias, do mercado de trabalho que o espera e das concepções e filosofias de vida que caracterizam o mundo individualista e competitivo, marcado pela velocidade dos



acontecimentos atuais.

O individualismo e a luta pela realização pessoal vêm delinear todo esse processo de mudanças marcado pela busca do sucesso, pela preocupação com a aquisição de conhecimentos para si mesmo, com a melhoria do bem estar e da auto imagem. Tudo isso influencia, enormemente, as pessoas no que se refere à forma de vestir, comer, portar, ler, ver, sentir e pensar, refletindo em graus diferentes, na sociedade a que pertencem.

E, é com esse aluno que pensa, interpreta e atua sobre a realidade transformando-a, que a escola deve assumir o compromisso de conscientização e vivência da cidadania. Com certeza, não é educar para a cidadania que vem reforçar o comodismo e o sentimento de passividade diante dos acontecimentos e sim, educar para a conscientização das questões sociais amplas, com ações e realizações coletivas que envolvam esforços por transformações sociais em movimentos organizados. Nesse sentido, no processo de educar, o trabalho deverá ser o princípio gerador de uma nova dimensão social numa perspectiva de recomposição das relações sociais; a tecnologia deverá se tornar um instrumento útil ao homem sem, no entanto, superá-lo e deverá ainda ter em vista o bem estar coletivo sedimentado em valores como respeito, solidariedade e justiça.

O aluno que chega à escola com estes valores anulados ou distorcidos, seja pela sua condição sócioeconômica tanto baixa como alta, seja pela falta de orientação familiar ou religiosa, precisa de parâmetros para prosseguir; precisa introjetar valores que mudem sua forma de ver as “pessoas diferentes” e aceitá-las em seu convívio diário, elaborando, assim, um novo conceito de cidadania. Precisa ainda não ser conivente com situações de violência, de desrespeito à vida e à natureza superando a luta por interesses inconciliáveis com o bem estar da humanidade.

#### **4. O PROFESSOR CIDADÃO**

Pelo exposto, percebe-se que, para que esse aluno assimile ou reforce estes novos valores e conceitos, no âmbito da escola, é necessário analisar, também, a postura dos profissionais da educação perante a realidade que acaba de ser exposta. E desses profissionais, é o professor o que está mais próximo do aluno e nem sempre tem maturidade suficiente para tratar de valores humanos e de respeito à vida.

Ao professor tem sido atribuído o papel de “construir com o aluno estruturas cognitivas que o façam perceber a si próprio e ao mundo, aumentando progressivamente sua capacidade reflexiva. A preocupação deve ser, portanto, a de trabalhar com o pensamento do aluno,

aliando conhecimento sistematizado e ação". (GUIMARÃES: 1995)

E esta ação, principalmente, deve estar impregnada de sentimentos que reconheçam e valorizem a diversidade, abrindo possibilidades de escolha para o cidadão, identificando e desenvolvendo alternativas de cooperação para a melhoria da vida em sociedade.

Transformando o mundo social e natural, o homem transforma a si mesmo buscando sempre suprimir seus anseios e necessidades. O educador, enquanto indivíduo também cidadão, não pode deixar de envolver-se nesta questão. Ele deve ter consciência de que sua ação profissional abrange aspectos políticos, econômicos e sociais abarcados por uma dimensão ética cuja efetivação pleiteia certas condições de operacionalização para não cair na abstração. É o caso da educação para a cidadania que exige a explicitação dos fundamentos do conceito de cidadão, valores implícitos e condições objetivas necessárias para sua efetivação.

Para que o professor possa ampliar seu trabalho na escola numa perspectiva de cidadania, ele precisa desenvolver-se como indivíduo crítico na realidade, participante do processo de construção dessa cidadania, com uma visão voltada para o tratamento das questões políticas e sociais, isenta da concepção de neutralidade que quase sempre acompanhou o trabalho educativo, fazendo da escola um lugar de reprodução social. É importante que trabalhe com o objetivo de desenvolver nos alunos,

*uma postura crítica diante da realidade, de informações e valores veiculados pela mídia e daqueles trazidos de casa. Para tanto, o professor precisa conhecer o assunto e, em geral, buscar junto com seus alunos mais informações em publicações ou com especialistas. Tal atitude representará maturidade de sua parte: temas da atualidade, em contínuo desenvolvimento, exigem uma permanente atualização; e fazê-lo junto com os alunos representa excelente ocasião de, simultaneamente e pela prática, desenvolver procedimentos elementares de pesquisa e sistematização e discussão de resultados.<sup>2</sup>*

É preciso ainda que ele faça da escola um local possível de construção de relações de autonomia, lembrando que autonomia pressupõe uma relação com os outros num processo coletivo, que implica relações de poder não-autoritárias. Assim, estamos concebendo a

<sup>2</sup> Parâmetros Curriculares Nacionais: ciências naturais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

escola como um local de criação e recriação de oportunidades, como espaço que valoriza o indivíduo, a sua escolha profissional e que contribui para a redefinição da sua relação e da sua imagem perante a escola e a sociedade.

Assim sendo, faz-se necessário, que assuma um comportamento pessoal que se articula com a manutenção e/ou transformação de valores, desenvolvendo atitudes que reflitam o seu compromisso com o aluno enquanto cidadão. Neste sentido, pressupõe-se que seja realizado um trabalho pedagógico que inclua a viabilidade de discussão e questionamento, compreendendo que os conflitos e confrontos são inerentes ao processo democrático que vivemos e que não devem ser considerados negativos, uma vez que, por meio deles, é que a sociedade tem avançado. “O incentivo às atitudes de curiosidade, de respeito à diversidade de opiniões na busca e compreensão das informações, às provas obtidas por meio de investigações, de valorização da vida em sua diversidade, de preservação do ambiente, de apreço e respeito à individualidade e à coletividade, têm lugar no processo de ensino e aprendizagem”.<sup>3</sup>

O professor deve estar atento também à existência dos fatores culturais que dificultam o estabelecimento de uma relação direta entre informação e mudança de atitudes. As dimensões culturais respondem a padrões de identificações coletivas importantes para a diversidade de nosso país e devem ser respeitadas, devendo-se considerar ainda que, nem sempre, um comportamento isolado reflete a formação pessoal ou cultural de um indivíduo. Dessa forma, o simples fato de um aluno não se dar bem com um colega negro ou deficiente não vem significar que ele seja um indivíduo preconceituoso. Nas relações interpessoais, vários fatores devem ser levados em conta antes de se estabelecer um conceito final. Quando se trata de decidir e agir com relação à forma de vida das pessoas é necessário partir da visão de que cada grupo social tem da sua cultura. É fundamental, na elaboração de opiniões e no estabelecimento de atitudes individuais as representações coletivas dos grupos sociais aos quais os indivíduos pertencem, lembrando, ainda, que essas representações sociais são dinâmicas e evoluem rapidamente.

Daí poder afirmar que estas reflexões levam a perceber que incluir o ensino de valores e o desenvolvimento de atitudes no âmbito escolar significa intervir, de forma permanente e sistemática no desenvolvimento de princípios, levando os alunos a compreenderem a importância de seus comportamentos no amplo contexto social. Portanto, entendemos, como TEVES, que a educação para a cidadania deve ser aquela que leve o homem a livrar-

---

<sup>3</sup> Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente, saúde. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

se de crenças, fantasias, ilusões e paixões que em nada contribuem para o desenvolvimento de uma consciência crítica, uma vez que a ingenuidade e até mesmo a ignorância, tornam-se, neste sentido, profundamente negativas, já que a pessoa ingênua é facilmente enganada e manipulada pelos detentores do poder. Seguindo o mesmo raciocínio deparamos, por outro lado, com aqueles que, apesar de estarem engajados em movimentos sociais ou serem militantes políticos, parecem não ultrapassar o nível da consciência ingênua. Perante as mais diversas situações, sujeitam-se às orientações que receberam, sem questionar a correspondência entre o real e o racional. De acordo com TEVES,

*superar essas ingenuidades – aquela que sufoca o descontentamento ou aquela que se lança cegamente nos conflitos – é tarefa da educação. A escola é vista como um espaço político onde se deve ministrar um conjunto de disciplinas de maneira que o jovem adquira o saber necessário para não se deixar enganar. O conhecimento intelectual aparece como o suporte para a formação da cidadania, o instrumento básico para o salto qualitativo entre a consciência ingênua e a consciência crítica. Para poder falar de cidadania, o próprio professor precisa romper com sua leitura superficial da sociedade, mergulhando em um oceano de saberes: sociologia, história, psicologia, economia, ciência política e até mesmo lingüística. Esse conjunto é que vai dotá-lo de competência técnica suficiente para orientar seus alunos, ensiná-los a analisar a estrutura social, os momentos conjunturais de seu país. (TEVES, 1993:221)*

No entanto, o professor não trabalha sozinho em uma escola e, para que seu trabalho e suas intenções de realizar um projeto de educação voltado para a cidadania venham a ter resultados positivos, é indispensável a construção da interdisciplinaridade para nortear e, até mesmo, para fundamentar um trabalho político-pedagógico consistente. E nesse sentido, é preciso repensar as relações de trabalho existentes entre esses profissionais, bem como repensar a própria concepção de ensino e sua reorganização para adaptar-se à nova situação. Afinal, “numa sociedade em que se convive com a supervalorização do conhecimento e com

a crescente intervenção da tecnologia no dia-a-dia, não é possível pensar na formação de um cidadão crítico à margem do saber científico".<sup>4</sup>

Percebe-se nesse novo cenário, que a questão da cidadania vem sendo evidenciada tanto pelo momento histórico que vivemos, marcado por violências, injustiças e desrespeito, como por uma questão que se faz muito presente, que é: educar para a cidadania. E nesta perspectiva, no plano da política educacional,

*a Unesco tem procurado incentivar e destacar a importância de estabelecer eixos norteadores, que garantam simultaneamente a aquisição de conhecimentos básicos para o mundo de hoje e o desenvolvimento da cidadania. O binômio conhecimentos básicos - cidadania sobressai pelo fato de que os atuais desafios e impasses demandam soluções que não estejam impostas, mas negociadas publicamente.*<sup>5</sup>

Embora se reconheça que o conhecimento sistematizado seja relevante para se chegar à cidadania, ele não garante a sua efetivação. Mas ainda assim, espera-se que a escola deva instrumentalizar o aluno para que ele tenha o máximo de adaptação e integração à vida em sociedade. Nessa perspectiva é que se acredita ser a interdisciplinaridade uma das práticas mais eficazes para a promoção da cidadania.

Visando superar a fragmentação do conhecimento e a compartimentalização do saber, a proposta da educação interdisciplinar se apresenta como uma forma de organizar os currículos escolares, de modo a permitir uma integração entre as disciplinas, propiciando uma construção mais abrangente e articulada do saber.

Vejamos, numa breve retrospectiva, como surgiu o movimento da interdisciplinaridade.

## **5. INTERDISCIPLINARIDADE: caminho percorrido e um projeto para a educação**

De acordo com FAZENDA (1994), o movimento vivido pela interdisciplinaridade pode ser subdividido para fins didáticos em três décadas: 1970, 1980 e 1990. Historicamente,

<sup>4</sup> Parâmetros Curriculares Nacionais: ciências naturais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

<sup>5</sup> WERTHEIN, Jorge. Educação, Emprego e Cidadania. *Folha de S. Paulo*, 03.02.99

*o movimento da interdisciplinaridade surge na Europa, principalmente na França e Itália, em meados da década de 1960, época em que insurgem os movimentos estudantis, reivindicando um novo estatuto de universidade e de escola. Aparece, inicialmente, como tentativa de elucidação e de classificação temática das propostas educacionais que começavam a aparecer na época (...) em oposição às organizações curriculares que evidenciavam a excessiva especialização e a toda qualquer proposta de conhecimento que incitava o olhar do aluno numa única, restrita e limitada direção, a uma patologia do saber. ( FAZENDA, 1994:19 )*

As discussões teóricas continuam e se adentram na década de 70, enfocando o papel humanista do conhecimento e da ciência. Neste período, elege-se a categoria “totalidade” como tema de reflexão para prosseguimento das discussões, tendo como principal precursor do movimento em prol da interdisciplinaridade, Georges Gusdorf, que buscava a diminuição da distância teórica entre as ciências humanas. (FAZENDA, 1994: 19)

Em 1977, outro estudioso, GUY PALMADE retoma várias questões tratadas pelos teóricos da interdisciplinaridade referindo-se ao perigo de a interdisciplinaridade converter-se em ciência aplicada, o que o leva a pautar-se na importância da explicitação conceitual do termo.

*Entre os obstáculos mais freqüentes surgidos quando se trabalha no nível de pluri, multi e interdisciplinaridade, o autor nos evoca para o problema dos ‘espíritos solitários’ ansiosos por uma ordem científica a ser criada, fala-nos também do perigo de a interdisciplinaridade converter-se em ‘ciência das ciências’, e sobretudo adverte-nos sobre os diferentes ‘perigos ideológicos’ gestados na própria organização das ciências. (FAZENDA, 1994:23 )*

No Brasil, o reflexo das discussões sobre interdisciplinaridade, surgem ao final da década de 1980 com dois aspectos fundamentais a serem considerados: o primeiro deles é

visto sob a forma do modismo, uma vez que interdisciplinaridade tornou-se palavra de ordem na educação, sem paradas para reflexão, e o segundo visto sob a perspectiva do avanço que a reflexão sobre interdisciplinaridade passou a ter, a partir dos estudos desenvolvidos por brasileiros na década de 1970. Dentre esses estudiosos, pode-se destacar Hilton Japiassú que lançou o primeiro livro significativo sobre o tema, apresentando um resumo das principais questões até então discutidas e, revelando toda a ambigüidade acarretada e, ainda, anunciando pressupostos fundamentais para uma metodologia interdisciplinar.

Podemos perceber, tanto nos estudos de Japiassú como nos de Gusdorf,

*indicações detalhadas sobre os cuidados a serem tomados na constituição de uma equipe interdisciplinar, falam da necessidade do estabelecimento de conceitos-chave para facilitar a comunicação entre os membros da equipe, dizem das exigências em se delimitar o problema ou a questão a ser desenvolvida, de repartição de tarefas e de comunicação dos resultados. São aspectos valiosíssimos que hoje verificamos como essenciais a toda tarefa interdisciplinar. (FAZENDA, 1994:25)*

Todo o empenho começado na década de 1970 evidenciou que os pressupostos de uma epistemologia convencional não levariam à evolução do entendimento das implicações teóricas da interdisciplinaridade. Incidindo sobre essa temática, está o posicionamento de FAZENDA: "O movimento da história da ciência na década de 1980 foi um movimento que caminhou na busca de epistemologias que explicitassem o teórico, o abstrato, a partir do prático, do real." (FAZENDA, 1994: 28)

Além disso, podemos ressaltar alguns avanços significativos para o estudo dessa temática que possibilitaram o encaminhamento de novas pesquisas. Nesses estudos, a interdisciplinaridade não é categoria de conhecimento, mas de ação, conduzindo a um exercício de conhecimento - o perguntar e o duvidar. Além disso, ela não é apenas resultado de uma simples síntese, mas de sínteses imaginativas e audazes e se desenvolve a partir do desenvolvimento das próprias disciplinas.

Apesar desse avanço denota-se que a década de 1980 foi marcada pela necessidade da explicitação dos equívocos surgidos nos anos 70.

A partir dos estudos e apontamentos feitos por Palmade, principalmente com relação ao modismo interdisciplinar e à questão ideológica, Fazenda aprofunda o estudo da interdisciplinaridade resgatando mecanismos ideológicos ocultos na época das reformas educacionais dos anos 60, de onde conclui:

*Em nome da interdisciplinaridade, todo o projeto de uma educação para a cidadania foi alterado, os direitos do aluno/cidadão foram cassados, através da cassação aos ideais educacionais mais nobremente construídos. Em nome de uma integração, esvaziaram-se os cérebros das universidades, as bibliotecas, as pesquisas, enfim, toda a educação. Foi tempo de silêncio, iniciado no final dos anos 50, que percorreu toda a década de 1960 à de 1970. Somente a partir de 1980 as vozes dos educadores voltaram a ser pronunciadas. A interdisciplinaridade encontrou na ideologia manipuladora do Estado seu promotor maior. Entorpecido pelo perfume desse modismo estrangeiro, o educador se omitiu e nessa omissão perdeu aspectos de sua identidade pessoal. Essa perda gradativa de identidade registrada nas décadas de 1960 e 1970 causou danos irreparáveis a curto prazo. Entretanto, tal como Fênix, o educador dos anos 80 renasceu das cinzas, em busca de seu passado de glórias e de sua afirmação como profissional. (FAZENDA, 1994:30)*

A década de 1990 vem marcada pela necessidade da revisão contemporânea do conceito de ciência orientada para a impertinência de uma nova consciência ou seja, aquela que assume a subjetividade em todas as suas condições.

Desde o fim da década de 1980 e início desta, tem-se concluído pesquisas que buscam mostrar o caminho percorrido pelas práticas interdisciplinares, enfatizando-se os princípios teóricos fundamentais. Aspectos como “alfabetização, pré-escola, formação de professores para o 1º, 2º e 3º graus, a questão dos conteúdos específicos, a arte, a estética, a ética, a educação do corpo, dos sentidos, da memória são, entre outros, temas que o



grupo de estudos desenvolve e vem discutindo e socializando de norte a sul do Brasil.” (FAZENDA, 1994:34)

Depois deste breve histórico da interdisciplinaridade, é importante analisar a sua importância para o projeto de educação e cidadania na escola.

No campo da Ciência, o termo interdisciplinaridade está relacionado com a necessidade de superar a visão seccionadora da produção do conhecimento buscando articular coerentemente os inúmeros aspectos da experiência humana.

No campo específico da educação significa um caminho para avançar rumo à superação da separação das experiências escolares entre si, bem como entre estas experiências e a realidade social.

Vemos assim que, em ambos os casos, a interdisciplinaridade tem como pretensão exceder a visão restrita de mundo e buscar a compreensão de nossa intrincada realidade.

Partindo da idéia de que a proposta da educação interdisciplinar tem como objetivo superar a fragmentação do conhecimento e a compartimentalização do saber permitindo uma maior integração e articulação entre as disciplinas, entendemos que esta superação e compartimentalização só se tornam possíveis se organizadas na forma de um projeto educacional, compreendido como um conjunto articulado de propostas e planos de ação, com finalidades voltadas para valores previamente explicitados e assumidos, apoiados numa intencionalidade que, segundo SEVERINO, “guia a ação e sendo ela (a intencionalidade) estabelecida em função do projeto universalizado da sociedade não haverá como contrapor os interesses particulares aos interesses universais que estarão em jogo.” (JANTSCH, 1995:171)

Assim sendo, teremos na escola um projeto que permeando interdisciplinarmente as atividades escolares, possibilita a instauração de um campo de relações sociais onde se desenvolvem condições de cidadania e de democracia, compreendidas como duas referências fundamentais para o desenvolvimento de nossa sociedade, numa visão de ação globalizadora e mais humana.

A pertinência de um projeto dessa categoria na esfera do pedagógico-educacional pressupõe a formação do profissional, dos agentes sociais em um sentido amplo, mas, sobretudo, visa a formação do homem . E como lembra SEVERINO,

*o homem só pode ser efetivamente formado como humano se for formado como cidadão. (...) o projeto educacional se torna necessário tanto para os indivíduos*

*como para a sociedade. O indivíduo precisa dele para superar sua condição de mera individualidade (...) a sociedade precisa dele para estender a todos os indivíduos (...) a intencionalidade da cidadania (...).*  
(JANTSCH, 1995: 173)

Dá-se esperar da educação e, mais especificamente, do projeto de educação para a cidadania, dentro da perspectiva de Educação e Direitos Humanos, que, na prática, se efetue como um sólido investimento de forças construtivas, mediando conhecimentos técnicos e científicos, voltados para a percepção de relações situacionais, que permitam a apreensão das emaranhadas redes políticas da realidade social e possibilitando ao aluno perceber o significado de suas atividades técnicas e culturais.

Atendo-nos ao aspecto da interdisciplinaridade, percebemos que, de uma maneira geral, a estruturação de uma prática interdisciplinar pressupõe, fundamentalmente, a questão de o indivíduo perceber-se interdisciplinar, baseado na “construção de uma didática interdisciplinar (...) e na possibilidade da efetivação de trocas intersubjetivas.” (FAZENDA, 1994:79)

Percebe-se que a metodologia interdisciplinar pressupõe uma postura diferenciada ante o conhecimento que se mostra na identificação de capacidades, nas possibilidades e limites da própria disciplina e de seus agentes perante o conhecimento e, ainda, na valorização das demais disciplinas e dos agentes que a sustentam, alicerçando-se no diálogo e na colaboração, no intuito de criar e inovar, visando, além do reconhecimento técnico, produtivo e material, a possibilidade de ascensão humana onde se expanda o empenho criativo de transformar a concreta realidade sociohistórica, pelas vias da educação, em uma realidade humanizante, que dê sentido à vida.

O procedimento adotado hoje com o conteúdo das disciplinas de ensino se dá na ênfase de informações isoladas que passam a valer por si mesmas, isentando o homem da responsabilidade de ver e compreender o mundo e posicionar-se diante da problemática social. Esse tipo de ensino fragmentado esquece-se do processo de oportunizar a crítica inteligente e centra-se, tão somente, na reprodução do conhecimento, tornando-se um ensino que na visão de LÜCK, “deixa de formar cidadãos capazes de participar do processo de elaboração de novas idéias e conceitos, tão fundamental para o exercício da cidadania crítica e participação na sociedade moderna, onde tanto se valoriza o conhecimento.” (LÜCK, 1994:39)

Constata-se, dessa forma, que os inegáveis ganhos possibilitados ao homem pela especialização produziram uma possibilidade de sérios prejuízos, por falta de visão global e interativa da realidade e de interligação dessa visão com a ação, produzindo, em última instância, uma separação do conhecimento em relação à vida humana e à condição social. Esse aspecto se constitui, por certo, na base que justifica e apoia a atitude de alienação e irresponsabilidade do homem em relação a si próprio, a realidade social que constrói e a realidade natural que perturba.

Portanto, o desafio que é posto à educação é o de contribuir para a formação de indivíduos capazes de se defrontarem com os problemas do seu ambiente cultural e natural. Ainda consiste em que se apresente como uma ação educativa dinâmica e dialética visando desenvolver entre seus participantes, a consciência da realidade humana e social da qual a escola faz parte mediante uma perspectiva globalizadora.

O enfoque interdisciplinar, no contexto da educação, manifesta-se como uma contribuição para a reflexão e o encaminhamento de solução às dificuldades relacionadas ao ensino construindo uma perspectiva crítica que, além de refletir sobre sua própria realidade, busca examinar a origem, a natureza, o modo de ser e a finalidade do conhecimento em geral e do conhecimento científico, especialmente enquanto representação da realidade.

Vale lembrar de acordo com LÜCK que “não há receitas para a construção interdisciplinar na escola. Ela se constitui em um processo de intercomunicação de professores que não é dado e sim, construído por meio de encontros e desencontros, hesitações e dificuldades, avanços e recuos, tendo em vista que, necessariamente, se questiona a própria pessoa do professor e seu modo de compreender a realidade, no processo.” (LÜCK, 1994:78)

Concluimos que a interdisciplinaridade corresponde a uma nova consciência da realidade, a uma nova forma de pensar que resulte num ato de troca, estabelecida numa linguagem comum que oriente e integre o ensino à realidade, promovendo a formação global e crítica do aluno.

## **6. CULTURA E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA**

### **. Portadores de deficiência**

Quando o adulto recusa à criança o direito de receber informações e esclarecimentos sobre o que ele considera anormalidades, está praticando uma das formas mais sutis de discriminação e obstruindo um caminho que faz parte do processo de construção da cidadania.

A falta de informação que implicará conseqüentemente “falta de formação” impede que o aluno venha a ver a questão da deficiência como um problema social - no sentido da prevenção e da intervenção médica – e, por isso mesmo, um problema de todos. Concordamos, portanto, com CLÁUDIA WERNECK (1977) quando diz que a falta de formação é o alicerce do preconceito, que vem sendo reforçado por uma educação pela qual somos instruídos para não olhar a diferença do outro, sua deficiência, sua cadeira de roda. Sem o apoio do adulto, muitas vezes, o aluno, principalmente a criança, busca mecanismos de satisfazer sua curiosidade acerca das diferenças individuais, captando informações truncadas e esteriotipadas, incluindo as da mídia que, sem dúvida, reflete uma sociedade pretensiosa e incapaz de perceber a deficiência como uma questão humana.

Por outro lado, o preconceito muitas vezes impede de vermos o deficiente como uma pessoa que apesar de sua diferença não é mais importante que as outras, e que por isso ela não deva tirar vantagem de sua situação. Para assumir seu desenvolvimento é preciso que ele seja responsável por si mesmo, o que pode ser facilitado pela organização da escola.

A indeferência desse desenvolvimento aponta um outro forte aspecto da negação à cidadania e o não cumprimento do papel educacional que é o de “propiciar aos alunos condições favoráveis para o seu crescimento social, intelectual e cultural”,<sup>6</sup> principalmente dos que são mais necessitados de oportunidades.

### **.Violência**

É bem claro que os problemas da escola de hoje não se resumem apenas a aspectos pedagógicos. A caracterização do mundo como um espaço indeterminado, ausente de regras e valores, cede lugar a um mundo de violência que adentra as instituições escolares visível ou sutilmente.

Temos hoje a expansão da violência, tanto física como moral, fazendo substituir a liberdade pelo medo e pela insegurança e a escola sente esta substituição por constituir-se em um espaço cujos valores estão em conflito com aqueles dominantes no mundo que a circunda. Temos uma cultura escolar que não coincide com a cultura do mundo e, na medida que a escola deixa-se adentrar por essa cultura mundana ou popular, se vê frente à impossibilidade de cumprir sua função socializadora, precisando encontrar caminhos para enfrentar a nova realidade, sem deixar de cumprir suas funções sociais.

A invasão da escola por esta cultura da rua expõe professores e funcionários diante

---

6 PIEROSSI, Zoraide Duarte. Discutindo preconceitos e discriminação na escola. In: Isto se aprende com o Ciclo Básico - Secretaria de Estado da Educação: Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, São Paulo, 1990.

de situações para as quais não foram e nem estão preparados, o que, muitas vezes, leva a um processo de rejeição, que por sua vez vai gerar a violência dentro da escola, caracterizada pela depredação do prédio escolar, chantagem e agressão a colegas e professores, uso de drogas e até mesmo assassinatos.

Se a escola trabalha tão somente com crianças pequenas, pode-se perceber os vestígios da violência nas brincadeiras do pátio, na forma de falar e nos próprios desenhos e redações da criança e, ainda, nestas situações a maioria dos profissionais ficam inertes por simples omissão ou por não saberem como agir perante a violência generalizada.

Diante destas diferentes situações deve-se pensar a escola como um local onde o aluno encontre meios de se instrumentalizar para a efetivação de seus projetos, bem como um local onde os valores morais possam ser pensados e refletidos e não somente impostos arbitrariamente. Um local onde se possa aprender a viver com liberdade aliada à responsabilidade e à racionalidade. E, para tanto, a escola deve propor e vivenciar um ambiente acolhedor que valorize sobretudo o respeito, num convívio que substitua a competição pela ajuda mútua e pela solidariedade. “Assim, sem prejuízo da formação geral, sem prejuízo da aprendizagem de conhecimentos que transcendem o dia-a-dia, a escola sensibilizará e instrumentalizará os alunos para o convívio do cotidiano. Estará, na prática, articulando formação escolar e cidadania.”<sup>7</sup>

### **.Preconceito Sexual**

A sexualidade é parte integrante do ser, entendida como algo inerente, que se manifesta desde seu nascimento até a morte. É uma construção pessoal marcada por regras sociais que são transformadas pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos individuais.

A sexualidade, bem como a inteligência, é estruturada a partir de possibilidades individuais e da interação do indivíduo com o meio e a cultura. Daí um trabalho sistematizado da escola que atente para esta questão articulando esclarecimento de dúvidas e curiosidades, buscando desenvolver uma visão de sexualidade ligada à vida, à saúde, ao bem-estar e sobretudo ao respeito, vencendo os estereótipos que tanto dificultam o exercício da plena cidadania.

A escola deve se conscientizar do seu relevante papel na construção da sexualidade preparando-se para a melhor forma de se relacionar com as inúmeras informações e mensagens

---

<sup>7</sup> Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

que impõem formas diversas de sentir e de agir para mulheres e homens, valorizando e privilegiando um grupo em detrimento de outro.

Além disso, caberá à escola “abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de auto-referência por meio da reflexão.”<sup>8</sup>

Reflexão esta que levará o aluno a perceber as diferenças não como padrões preestabelecidos, mas como singularidades de cada um, uma vez que, mesmo havendo transformações de costumes e valores em nossa sociedade, ainda encontramos muita discriminação dissimulada pelo gênero.

E para dismantelar esta situação, é preciso que se comece por uma reestruturação do currículo abordando diferentes concepções de trabalho e dando incentivos para que se garanta a igualdade de oportunidades, ensinando os alunos a serem conscientes do sexismo que existe entre nós. É preciso saber trabalhar com os livros, com os programas de televisão e anúncios publicitários que tanto enfatizam o heroísmo e a força do homem apoiando-se na diversidade de comportamento de homens e mulheres em função da época e do local onde vivem, respeitando as várias expressões do feminino e do masculino.

### **. Preconceito Étnico**

Numa sociedade em que negros, índios e às vezes alguns estrangeiros têm bem menos oportunidades que os chamados ‘homens brancos’, é comum ver o preconceito surgindo em atitudes que podem parecer inocentes e casuais, mas que camuflam uma forte carga de exclusão social.

Na maioria das vezes, essa discriminação acontece ‘inocentemente,’ através de piadas e ditos racistas aliados à falsa associação entre cor, pobreza, raça e criminalidade, ou veiculada pelos livros didáticos na forma de ilustrações e identificação de papéis sociais, sem prestígios impostos a esses personagens.

É preciso, então, aprender a valorizar o patrimônio cultural e histórico do país levando o aluno a reconhecer a diversidade de padrões culturais que caracterizam a convivência social na escola. É necessário oportunizar um ambiente respeitoso onde as falas, os costumes, saberes e tradições sejam trazidos pelos alunos e professores propiciando um momento de troca e organização de conhecimentos, compreendendo o simbolismo das expressões culturais não como um fato isolado e sim como resultado das relações de visão de mundo, costumes e valores da cultura a que pertencem.

---

<sup>8</sup> Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

Cabe, principalmente, à escola, fornecer informações básicas que propiciem ao aluno conhecer a ampla diversidade sociocultural brasileira, difundindo as contribuições das diferentes culturas presentes no território nacional e suprimir conceitos errôneos, culturalmente disseminados, referentes aos vários grupos humanos que constituem o país.

Trabalhar o regionalismo e o estrangeirismo também é uma forma de repúdio à injustiça e à exclusão social, e ainda, uma oportunidade para consolidação de direitos de cidadania que pode ser explorado nos mais diferentes momentos da educação escolar.

Dessa forma, passa a ser papel da educação, desenvolver nos alunos a consciência de que a situação social e étnica que vivenciamos é passível de mudança pelo cultivo de sentimentos de solidariedade e responsabilidade mútua pelos destinos de todos.

### **. Meio Ambiente**

O atual momento de nossa sociedade vem enfocando, cada vez mais, a necessidade de nos preocuparmos com as questões ambientais considerando os desgastes e prejuízos que a natureza vem sofrendo em nome do progresso da humanidade. Ao mesmo tempo, a escola enquanto parte integrante do processo educativo, é chamada a dar sua contribuição no sentido de dar respostas a mais este problema contemporâneo, viabilizando a concretização da cidadania. Para isso, é preciso que se (re)construa o conceito de natureza, e que a escola busque caminhos para uma educação fundamentada no respeito ao meio ambiente, visualizando as implicações políticas, sociais e históricas deste processo, implementando a educação ambiental através de momentos de vivência e prática do aluno.

É oportuno pensar na formação de cidadãos conscientes, capazes de decidirem e atuarem na realidade socioambiental desenvolvendo comportamentos e hábitos comprometidos com o respeito à vida, implementando valores que muitas vezes os alunos não possuem.

Neste caso, evidencia-se a necessidade de identificação dos elementos da natureza e as relações estabelecidas entre eles e os fatores sociais, econômicos, políticos e culturais existentes, enfocando os mecanismos de proteção, preservação, degradação, conservação, recuperação e reabilitação do meio ambiente.

Destaca-se, assim, a importância da promoção de atividades que garantam meios para os alunos colocarem em prática o aprendizado, muitas vezes teórico da sua capacidade de contribuição.

A escola, desta forma, enquanto instituição social, estará ampliando suas possibilidades de intervenção numa realidade, a do meio ambiente, que deve ser vista como fundamental

para a sobrevivência do próprio homem.

### **Considerações Finais**

Percebemos com este estudo que a escola não é a única responsável pela formação do indivíduo cidadão e tampouco irá transformar o mundo com técnicas e inovações pedagógicas.

A escola constitui-se em um espaço onde pessoas de diferentes culturas, idades e graus de instrução se encontram, e às vezes permanecem por um bom tempo de suas vidas, sem se darem conta de que estão construindo momentos históricos, participando de discursos e fortalecendo, ou não, um modelo de sociedade que lhes é apresentado.

Adentram nesse espaço como alunos impregnados de conceitos e valores que trazem de suas experiências familiares e profissionais; como profissionais que têm uma história de vida e posturas diferenciadas perante cada situação e, em ambos os casos, se deparam com realidades e propostas educacionais que nem sempre satisfazem seus anseios, expectativas ou projetos de vida. Além disso, passam a conviver com outras pessoas de 'mundos' diferentes, culturas diferentes, presença ou ausência de valores e regras.

Neste cenário, alunos e profissionais da educação buscam alternativas que dêem ao processo educativo um sentido maior ao discurso de direito à vida e à integridade do homem, buscando resgatar valores que redimensionem a vida em sociedade.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARBALET, J. M. *A cidadania*. Lisboa . Trad. M.F. Gonçalves de Azevedo, 1989.

BERNARDES, Luiz C. *Cidadania e Sociedade Civil Organizada*. Vitória: 14ª Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, 1992.

CALLIGARIS, Contardo. Direitos Humanos - Protestos marcam 50 anos de Declaração. *Folha de São Paulo*, 11.12.98.

CANDAU, Vera Maria e outros. *Tecendo a Cidadania: oficinas pedagógicas de direitos humanos*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.



- CASTRO, Reginaldo. Globalização e Direitos Humanos. *Folha de São Paulo*, 10.12.98
- CHAGAS, Eva Regina Carrazoni. Sexualidade. In: *Revista do Professor*. Porto Alegre (55), Jul./Set. 1998 p. 9-10.
- CAVALLARO, J. Direitos Humanos: 97 em retrospectiva. *Folha de São Paulo*, 09.12.97
- COMPARATO, Fábio Konder. *A Nova Cidadania*. Vitória: 14<sup>a</sup> Conferência Nacional Da Ordem dos Advogados do Brasil, 1992.
- COUVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania?* Brasiliense: São Paulo, 1991.
- CRANSTON, Maurice William. *O que são os direitos humanos?* Trad. Reinaldo Castro. São Paulo, DIFEL, 1979.
- CURY, Carlos R. Jamil. *Escola - Trabalho - Cidadania*. Niterói: CBE - III Conferência Brasileira de Educação, 1984.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Pobres Direitos Humanos. *Folha de São Paulo*, 16.12.97
- DORNELLES, João Ricardo W. *O que são Direitos Humanos?* Brasiliense. Coleção Primeiros Passos. São Paulo. 1989.
- FAZENDA, Ivani C. Arantes. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. Campinas: Papirus, 1994.
- FERREIRA, Nilda Teves. *Cidadania: uma questão para a educação*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 14a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREITAS, Janio. Direitos Desumanos. *Folha de São Paulo*, 10.12.98

- GADOTTI, Moacir. *Escola Cidadã*. São Paulo: Cortez, 1987.
- GENRO, Tarso. Vanguarda de uma nova cidadania. *Folha de São Paulo*, 24.08.97.
- GIROLLETTI, Domingos A. Universidade, Cultura e a Crise de Nosso Tempo. Belo Horizonte. *Folhetim*. UFMG.
- GONÇALVES, Marco Antônio. *Formação da cidadania educacional: Proposta Educacional*. São Paulo: Paulus, 1994.
- GUIMARÃES, I. Z. O ensino de geografia em termos de globalização e da crise paradigmática: *Ensino em Revista*. Uberlândia 4(1): 59-64, jan/dez, 1995.
- JANTSCH, Ari Paulo , BIANCHETTI, Lucídio (orgs.). *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- KOWARICK, Lúcio. A exclusão social. *Folha de São Paulo* , 24.06.97.
- LÜCK, Heloisa. *Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- MANZINI-COUVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania?* São Paulo: Brasiliense 1991.
- MARCOVITCH, J. Universidade e Direitos Humanos. *Folha de São Paulo*, 15.12.97
- MEC / FNUAP. *Por uma escola de cidadãos*. Cadernos de Educação Básica, Série Institucional 9.
- MORAIS, Regis de. *Violência e educação*. Campinas: Papirus, 1995.
- NEVES, Lucília de Almeida. Cidadania e Direitos. In: *Presença Pedagógica* vol. 4, n. 23 Set/Out. 1998.

- NUNES, Clarice. *Escola e Cidadania: aprendizado e reflexão*. Bahia: OEA- UFBA-EGBA, 1989.
- PALMADE, G. *Interdisciplinarité et ideogres*. Paris: Anthropos, 1997.
- PINTO, Márcio Alexandre da Silva. *Direitos Sociais de (a) Cidadania*. São Paulo, Tese de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica, 1997.
- PIEROSI, Zoraide Duarte. Discutindo preconceitos e discriminação na escola: formação e atribuição de classes. In: *Isto se aprende com o Ciclo Básico*. Secretaria de Estado da Educação: Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. São Paulo, 1990.
- PIOVESAN, Flávia. Uma corte para os Direitos Humanos. *Folha de São Paulo*, 12.97
- ROSSETTI, Fernando. ONU amplia sua participação no ensino: escola ensina cidadania. *Folha de São Paulo*, 05.05.97.
- ROSSI, Luiz Basilio. *Educação e cidadania: a proposta de Maria de Lourdes Manzini Couvre*. Brasília, 1992, 19 f.
- SALGADO, Maria Umbelina Caifa. *Escola - Trabalho - Cidadania*. Niterói: CBE - III Conferência Brasileira de Educação, 1984.
- SZAJMAN, Abram. Cidadania, algo de novo no ar. *Folha de São Paulo*, 22.04.9
- VAYER, Pierre. *Integração da criança deficiente na classe*. São Paulo: Manole, 1989.
- VERÍSSIMO, Mara R. A. M. *Educação e Cidadania na Pós-Modernidade*. Tese de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, 1996.
- WARDE, Míriam Jorge. *Escola - Cidadania - Trabalho*. Niterói: CBE - III Conferência Brasileira de Educação, 1984.

WEIL, Pierre. *Rumo à nova transdisciplinaridade: sistemas abertos de conhecimento*. São Paulo: Summus, 1993.

WERNECK, Claudia. *Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

WERTHEIN, Jorge. Educação, emprego e cidadania. *Folha de São Paulo*, 03.02.99

ZALUAR, Alba. *Violência e educação*. São Paulo: Livros do Tatu/Cortez, 1992.